

OS PRIMITIVOS HABITANTES DO TERRITÓRIO PAULISTA (*).

I. — *Introdução.*

Fatores múltiplos e de vária natureza, de ordem histórica e geográfica, vieram conjugar-se desde os primórdios da colonização, para afinal conduzirem ao traçado das fronteiras do Estado de São Paulo, tal como o deparamos nos mapas atuais. A Capitania de São Paulo constituiu-se em 1710, abrangendo a de Santo Amaro e parte da de São Vicente. Daí para cá, as fronteiras se modificaram mais de uma vez, como em 1853, quando o Paraná deixou de fazer parte da então Província de São Paulo. Mas em fase alguma da história vicentina ou paulista o território coincidiu sequer aproximadamente com uma região que, pelo conjunto das populações aborígenes nela existentes, se pudesse delimitar como província etnográfica e cuja caracterização justificasse, por motivos intrínsecos, o estudo desses grupos como um todo, em oposição aos das áreas adjacentes. Situação análoga, aliás, à da etnografia brasileira em face da sul-americana, esta ligando-se àquela por tão profundas e numerosas relações raciais, lingüísticas e culturais que o etnólogo enfrentaria dificuldades insuperáveis se pretendesse estudar as tribos brasileiras com rigorosa exclusão das que vivem além de nossas fronteiras. Ademais disto, deve-se ter em mente a mobilidade espacial, por vezes considerável, de certas tribos; os movimentos migratórios foram às vezes paralisados, mas outros, ao contrário, incrementados pela presença ou pelo avanço do branco invasor. Se, portanto, neste ensaio nos propomos passar em revista as populações indígenas que habitaram — e em parcela mínima hoje habitam — o território do Estado de São Paulo, não presidem a essa delimitação ponderações estritamente etnográficas, mas apenas o objetivo de reconstituir, em suas linhas fundamentais, o quadro antropológico que forneceu uma das bases étnicas em que haveria de processar-se a formação do povo paulista e de sua cultura.

(*) — Artigo publicado no "O Estado de São Paulo" em 25-1-1954. Reprodução gentilmente permitida pela direção do prestigioso matutino e pelo Autor.

Os colonos lusos que em 1532 vieram a São Vicente em companhia de Martim Afonso de Souza não encontraram aqui uma terra desabitada. Dominavam-na, de há muito, tribos indígenas de línguas e culturas diversas. Grupos de idiomas Tupí-guaraní eram os que viviam na estreita faixa litorânea e em parte do planalto, ao passo que mais para o interior campeavam populações aloglóticas, chamadas Tapúia ou “índios de língua travada”. Dentre estas últimas destacam-se os Purí, os Kaiapó Meridionais, os Otí-Xavánte, os Opaie-Xavánte e os Kaingáng, sendo, porém, provável que algumas destas só em época pós-cabraliana tenham invadido território paulista.

Na bibliografia e nos documentos relativos ao período colonial deparam-se referências, às vezes obscuras, outras contraditórias, a diversos grupos aborígenes de menor importância, dos quais não será possível tratar neste ensaio. Ora se identificam com subgrupos de alguma das tribos mais numerosas, ora o nome aparece como simples sinônimo de denominação tribal mais corrente, ora, enfim, os informes são de tal modo imprecisos que não proporcionam apóio para considerações bastante seguras e de interesse antropológico.

Desde a fundação dos primeiros núcleos portugueses à beira-mar até os princípios do século corrente travou-se árdua e tenaz competição ecológica entre os primitivos donos do território e as levadas sucessivas de povoadores e imigrantes que, no decorrer de três séculos e meio, vieram ocupar légua por légua, em ritmo crescente, o chão indígena — ora cruzando-se com o silvícola, ora combatendo-o pelas armas, ora subtraindo-lhe simplesmente, pelo fato da ocupação, as mais elementares condições de existência. E na segunda década deste século os naturais da terra, na medida em que não foram absorvidos biologicamente pelas ádvenas, haviam praticamente deixado de existir, para ceder o lugar a éstes.

II. — *Os sambaquis e a pré-história de São Paulo.*

Até o presente quase não se fizeram, em território paulista, explorações arqueológicas de modo sistemático e segundo métodos e técnicas científicas, razão pela qual os conhecimentos relativos à pré-história do Estado são muito fragmentários e pouco precisos. Somente em fins de 1952 o Governo estadual instituiu uma Comissão de Pré-história, à qual incumbe, além da proteção dos monumentos pré-históricos, o desenvolvimento da pesquisa arqueológica em São Paulo. (Cf. Schaden, 1953).

Os principais monumentos pré-históricos paulistas são montes de conchas existentes ao longo do litoral e situados mais ou menos próximos do mar. Pela exigüidade do espaço disponível, não trataremos aqui de outros testemunhos da vida indígena pré-cabraliana. Êsses montes, chamados sambaquis e construídos por mão humana, são bastante numerosos em tôda a extensão que vai

do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, somando várias centenas. Não devem ser confundidos com os cocheiros naturais, de forma e constituição bem diversas.

Atingem os sambaquis alturas não raro superior a dez metros e, em certos casos, comprimento de cem metros ou mais. Formados sobretudo de berbigões, amêijoas e ostras, ora estratificados, ora de constituição aparentemente homogênea, são riquíssimos depósitos de objetos líticos e de ossadas humanas, cujo estudo deverá elucidar muitos problemas relativos a populações aborígenes que em época pré-colombiana ocuparam grandes trechos da costa e que, à chegada dos europeus, já haviam cedido o seu lugar a outras tribos, de classificação diversa.

Tem-se por certo que os sambaquis representam amontoados de “restos de cozinha” e que os seus formadores se alimentavam predominantemente de moluscos. A preocupação de se juntarem êsses restos em forma de montes ou colinas talvez presidissem, além de motivos práticos, razões de ordem mágica ou religiosa, fato muito natural diante do costume de se enterrarem os mortos nos próprios sambaquis.

Entre os antropólogos não se alcançou ainda consenso unânime quanto à classificação racial do “homem do sambaqui”, cuja heterogeneidade somática parece evidenciar-se cada vez mais à medida que progridem as investigações. Estudo realizado há poucos anos pela Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e baseado principalmente na análise comparativa de material craniológico proveniente de sambaquis da Ilha de Santo Amaro e que faz parte do acervo do Museu Paulista, revelou ser bastante problemática a divisão das populações páleo-americanas em duas raças, a “láguida” e a “fuéguida”, a primeira correspondente ao chamado Homem da Lagoa Santa e a segunda ao dos sambaquis. Por um lado, os espécimes da série do Museu Paulista, caracterizados quase todos por hipsicrania, elevado índice de curvatura occipital, grande diâmetro bimastóideo e pequeno ângulo mandibular, não apresentam uniformidade em outros caracteres; por outro, os crânios de sambaquis, considerados em seu conjunto, não se destacam, como raça distinta ou tipo fundamentalmente diverso, dos achados lagoa-santenses. (Willems e Schaden, 1951).

À espessura dos ossos cranianos desenterrados dos sambaquis causou admiração a muitos pesquisadores. Todavia é grande a variabilidade dêsse traço. Ao lado de crânios de espessura por assim dizer normal, outros há extraordinariamente grossos. Wiener, por exemplo, estudando um sambaqui de Santa Catarina, recolheu “um fragmento de crânio humano de uma espessura dupla da ordinária”. (Wiener, 1876, pág. 14). O mesmo se pode dizer de alguns espécimes extraídos de sambaquis do litoral paulista.

Em sua quase totalidade, os crânios provenientes de sambaquis se distinguem por maxilares sobremodo robustos e dentes muito fortes. Não se têm notado indícios de cárie. Todos os dentes revelam, porém, desgaste mais ou menos pronunciado da corôa, mesmo em esqueletos de crianças, o que tem sido explicado pela existência de areia na carne dos mariscos. Observou-se que todos os mariscos, mesmo os que não vivem dentro da areia, a possuem em quantidade, em certas épocas mais, em outras menos considerável. Na atual população caiçara, de vários pontos da costa, que usa o marisco em sua alimentação, os dentes são desgastados de forma semelhante à que se nota nos crânios de sambaquis. Com relação ao desgaste dos dentes, inclusive dos incisivos, é interessante recordar, entretanto, que Lund observou coisa idêntica nos crânios de Lagoa Santa, fato que, segundo lembra, se teria notado também em corpos mumificados do antigo Egito (Lund, 1865). E' possível, pois, que estudos posteriores revelem não ser a sílica encontrada na carne dos mariscos o único fator responsável pelo fenômeno.

A referência a pormenores dessa ordem tem o objetivo de mostrar a variedade de questões ainda não resolvidas, mas de estudo indispensável ao lançamento de bases satisfatórias para a antropologia pré-histórica de São Paulo.

E' preciso reconhecer que não dispomos, por enquanto, de elementos suficientes para estabelecer, com alguma segurança, a classificação das culturas e dos possíveis tipos raciais das populações sambaquianas. No tocante aos sambaquis paulistas, e apoiando-se antes de tudo nas pesquisas de Ricardo Krone na região de Iguape (Krone, 1914) bem como em observações e estudos anteriores, de Alberto Löfgren (1893), de Hermann von Ihering (1895) e de outros, o arqueólogo argentino Antônio Serrano (1946) aventou a hipótese de os sambaquis do litoral de São Paulo corresponderem a duas "fases culturais" distintas, a uma das quais chama "arcaica" e à outra "meridional". A primeira estaria representada exclusivamente em sambaquis de São Paulo, ao passo que a segunda se estenderia por tôda a costa dos Estados sulinos. Os objetos líticos oriundos dos sambaquis da "fase arcaica", situados mais longe da praia, e caracterizados pela presença de conchas de *Azara prisca*, são classificados como pertencentes à cultura da Lagoa Santa, de Minas Gerais: achas e outros artefatos de pedra lascada ou ligeiramente polida. Os da "fase meridional", especialmente machados de pedra polida e zoólitos côncavos, achados em sambaquis sem conchas de *Azara prisca* e talvez de data mais recente, pertenceriam à chamada "cultura lítica do Brasil meridional", cuja presença se verificou em quase tôda a área correspondente aos Estados do Sul. O encontro de cerâmica no interior ou nas camadas superiores dos sambaquis da segunda categoria, noticiado com certa insistência, e pôsto em dúvida por vários espe-

cialistas, indicaria provavelmente que a construção desses monumentos pré-históricos teria continuado após a ocupação da costa pelas tribos Tupí. Neste caso, seriam pelo menos três as culturas representadas nos depósitos conchíferos. Como quer que seja, a situação se afigura hoje bastante complexa, mormente após os resultados ainda inéditos das recentes escavações de Adam Orssich de Slavetich num sambaqui da Baía de Guaratuba, os quais parecem comprovar heterogeneidade cultural bem maior do que se tem admitido até o presente.

Antes, porém, que se estabeleça, com algum grau de probabilidade, a seqüência das primitivas populações da faixa litorânea, a discussão relativa a muitos outros problemas da pré-história paulista se há de perder, inelutavelmente, em conjeturas nebulosas ou infrutíferas.

III. — *Os antigos Tupí*

Para o conhecimento dos aborígenes que no período colonial ocupavam a faixa litorânea do atual Estado de São Paulo e as partes próximas do planalto, dispomos de fontes etnográficas de apreciável valor, merecedoras de aprêço, mormente quando se considera o provirem quase todos do século XVI, época em que não se cogitava ainda do estudo científico de populações primitivas. Dentre essas fontes cumpre salientar três obras importantíssimas. A mais famosa é a narrativa do arcabuzeiro alemão Hans Staden, natural de Homburg, que, aprisionado pelos Tupinambá na Ilha de Santo Amaro, em frente ao forte da Bertioiga, viveu durante nove meses como cativo entre êstes silvícolas ao nordeste da Ilha Grande num lugar chamado Ubatuba, mas que não se identifica com a atual cidade dêste nome. A obra, "Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschfresser-Leuthen in der Newenwelt America gelegen", saída a lume pela primeira vez em Marburgo no ano de 1557, foi reeditada inúmeras vêzes e traduzida para muitas línguas. Contém um relato bastante fidedigno de muitos aspectos da cultura dos Tupinambá, com ênfase especial no tratamento dos prisioneiros e nas práticas ligadas à antropofagia ritual. A segunda fonte de consulta indispensável a quem procure conhecer a etnografia paulista dos primeiros séculos são os escritos do Padre José de Anchieta, publicados em 1933 sob o título de "Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões" em volume da "Biblioteca de Cultura Nacional", da Academia Brasileira de Letras. Em terceiro lugar, o "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", de Gabriel Soares de Souza, por vários autores considerado o mais precioso repositório de informações etnográficas legado pelo Brasil quinhentista. — Visto que as tribos descritas por êsses autores, sobretudo os Tupinambá e os Tupinikín, não se confinavam

ao território paulista, é útil e necessário colher informes subsidiários em cronistas que se referem a grupos que, embora pertencentes a essas tribos, viviam também em outras regiões. Estão neste caso Jean de Léry e André Thevet, Manuel da Nóbrega e Fernão Cardim, Pedro Magalhães Gandavo, Ulrich Schmidel e Anthony Knivet, além de muitos outros, de época posterior. Apreciação sumária do valor etnográfico das fontes relativas aos índios da era quinhentista constituiu o objeto de um estudo de Herbert Baldus (1948).

Além do aspecto propriamente etnográfico, a maior parte desses escritos tem o mérito de referir, embora de forma episódica e por vezes apenas anedótica, o tipo de relações que se estabeleceram entre os naturais da terra e os adventícios, permitindo, destarte, ao historiador e ao sociólogo modernos a reconstituição de importantíssimos processos sociais que se encontram à base da formação paulista. Alguns problemas ligados ao assunto são discutidos em pequeno trabalho de Florestan Fernandes (1948-b).

Vários eram os grupos da família Tupí-Guaraní existentes no litoral paulista: os Tupinambá, do norte até as proximidades da Ilha de São Sebastião, os Tupinikín, daí até Cananéia, e finalmente os Karijó, no extremo sul da costa paulista, estendendo-se o seu domínio até a altura da Ilha de Santa Catarina. Era permanente o estado de guerra entre os Tupinambá e os Tupinikín, como entre estes e os Karijó, situação que se prolongou pela era colonial adentro, combinando-se com as rivalidades entre franceses e portugueses quanto à posse dessas regiões costeiras. Amigos dos franceses, os Tupinambá exacerbaram a sua belicosidade contra os portugueses, aliados, por sua vez, dos Tupinikín.

A cultura dos grupos Tupí de São Paulo não parece ter variado, senão em pormenores de secundária importância. Especialmente os Tupinambá e Tupinikín, em que pese o ódio implacável que os separava, têm sido descritos com bastante razão como portadores de cultura praticamente uniforme.

Na economia, a um tempo extratora e produtora, entrosavam-se as atividades da caça e pesca com as da lavoura, esta realizada com recursos bastante rudimentares e segundo o sistema da coivara. A ausência de técnicas mais racionais ligadas ao cultivo do solo poderia ser indício de adoção relativamente recente dessa forma econômica. Não obstante, os conhecimentos e a experiência do índio nesse particular eram bastante desenvolvidos para que o colono os aceitasse sem relutância e os seus descendentes os conservassem em grande parte até a atualidade.

A inexistência de uma organização estatal que abrangesse a população indígena de uma área mais ou menos vasta, a não ser a reunião de certo número de aldeias sob a direção de grandes chefes guerreiros por ocasião de expedições contra tribos inimigas, foi um dos motivos pelos quais os índios não cogitaram de opor

resistência à formação de poderio estranho em seu território. Além disso, os Tupinikín punham as suas esperanças na colaboração guerreira do aliado português contra os Tupinambá ou Tamóio, da mesma forma como êstes aproveitavam a aliança dos franceses do Rio de Janeiro. O valor guerreiro, uma das motivações fundamentais da cultura Tupí, associada intrinsecamente à caça de inimigos para o sacrifício ritual e o consumo antropofágico, não se opunha de todo aos interesses da colonização. Bastaria imprimir rumo diverso à combatividade dos índios e de seus descendentes mestiços, os mamelucos, e coaduná-la de alguma forma com os objetivos dos adventícios, entre os quais a descida de escravos e o desbravamento das terras situadas para os lados do poente. Com tôda razão aponta Charles Wagley (1951, pág. 117) o fato de que a eliminação da guerra e do sacrifício dos prisioneiros, através da proibição rigorosa pelos portugueses, removia uma das motivações centrais da cultura Tupí. Na sociedade paulista nascente não deixava, porém, de haver lugar para essa motivação, pelo menos no tocante às virtudes guerreiras, o que lhe dava maiores possibilidades de aproveitar e absorver o natural da terra. — Além disso, o sistema de parentesco dos Tupí, favorecendo a constituição de parentelas mais ou menos numerosas sob a forma de famílias-grandes, conferia especial prestígio a quem liderasse essas famílias, circunstância de que os colonizadores souberam tirar vantagem. Granjeando a simpatia e a amizade desses chefes, e ligando-se a suas famílias por meio de casamento, contavam com grupos numerosos a auxiliá-los em seus empreendimentos. — Por seu turno, o papel relevante do pajé na vida comunitária do indígena teria constituído sem dúvida obstáculo sério à conquista do planalto e à expansão pelo interior, se não fôsse a providencial atuação do jesuíta, a colaborar com o colono na esfera religiosa e a solapar, pelo trabalho da catequese, a autoridade e a resistência dos chefes religiosos aborígenes, de extraordinário relêvo na vida tribal. — Em suma, a sociedade tupí contava com três fontes principais de prestígio, a do grande guerreiro, a do chefe da família-grande e a do pajé — que o colonizador conseguiu ora pôr a seu serviço, ora neutralizar.

A cultura dos Tupí do litoral, principalmente a dos Tupinambá, tem sido examinada, à luz da etnologia moderna, por vários autores contemporâneos, entre os quais Métraux (1928 a, b) e Fernandes (1948 a, 1952). Em suas obras encontra-se também abundante bibliografia relativa a êsses indígenas.

Embora de há muito extintas — parte pelo extermínio violento, parte pela progressiva absorção biológica — cumpre não subestimar a importância que nas origens paulistas coube às populações de estirpe Tupí, em especial ao contingente Tupinikín. Não fôsem elas, o português, apesar de sua extraordinária maleabilidade cultural, dificilmente teria desenvolvido aqui no sul a força

de expansão e de domínio que veio caracterizar os paulistas, no movimento das bandeiras e fora d'ele. Tal se tornou possível através de um duplo cruzamento: na esfera biológica e na cultural. Graças, em grande parte, à formação de uma população de mamelucos, e, sobretudo, à constituição de uma cultura híbrida, de características bastante bem definidas, puderam os paulistas tomar um impulso histórico tal que lhes garantiria, pelos séculos afora, posição de incontestável liderança no conjunto das realizações da Colônia e, posteriormente, da Nação.

Mas, se é verdade que os colonos portugueses modificaram, em larga escala, o seu tradicional sistema de vida pela aceitação de elementos de cultura ameríndia, tal não se pode, porém, interpretar unilateralmente como processo de indianização do europeu. Tomando a lição do mestre indígena, o português se assenhoreava dos meios de firmar o seu domínio sobre a terra e, ao mesmo tempo, sobre os seus primitivos donos. Já se tem apontado mais de uma vez o curioso paradoxo — válido, sem dúvida, para a colonização de todo o Brasil, mas de modo particular para a expansão paulista — de que o caráter essencialmente lusitana da cultura aqui desenvolvida constitui fruto, em grande parte, da incomparável capacidade do português de, por assim dizer, anular-se e adaptar-se às mais díspares condições de existência, para assim fazer afinal sobreviver as características e até valores centrais de sua cultura de origem. (Cf., por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, 1948, pp. 192-193).

Com referência, aliás, à formação de uma bem caracterizada variante paulista da cultura colonial brasileira, não há dúvida de que nela atuaram múltiplos fatores históricos e ambientais, mas não se há de menosprezar, na justa avaliação desses fatores, o papel decisivo da íntima associação do português com o índio Tupí a partir do momento em que aquele tomou posse da nova terra.

Se na primeira fase do povoamento o termo paulista vinha a ser quase sinônimo de mameluco, isto significava que a cultura híbrida do planalto de Piratininga não resultara predominantemente de um processo mais ou menos lento de aculturação, mas antes como consequência de rápida fusão cultural, paralela ao intenso cruzamento biológico iniciado por João Ramalho. Não houve longas fases intermediárias de marginalidade cultural, estendendo-se por uma ou várias gerações e com os reflexos característicos na personalidade dos indivíduos implicados (não raro inseguros, indecisos ou de alguma forma neuróticos). O que se verificou foi, ao contrário, o aparecimento imediato de uma população mestiça de índole característica, a salvo, provavelmente, de violentos conflitos de lealdade, graças a uma definição social nítida em direção do lado paterno, que representava o grupo do senhor português, e a uma definição cultural-adaptativa não menos clara em direção do lado materno, isto é, do grupo dominador

sobre a natureza primitiva e agreste de que a sociedade paulista afinal haveria de depender.

Foi no equipamento adaptativo da cultura que se tornou mais manifesta e talvez mais profunda a influência dos Tupí no sistema de vida aqui desenvolvido pelos portugueses que se tinham transferido para ambiente de possibilidade e limitações tão diversas das que haviam conhecido na Península Ibérica. A começar pela forma rudimentar de se abrirem os caminhos através do sertão e pela orientação nas marchas por matos e campos. “Em quase tudo, tiveram os adventícios de habituar-se às soluções e muitas vêzes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra” (Sérgio Buarque de Holanda, 1949, pág. 178). Incluindo mil e um meios de extrair da natureza vegetal e animal o indispensável à subsistência e quiçá à simples sobrevivência, abrangendo inúmeras formas de aproveitamento industrioso de quanto oferecesse o sertão agreste, bem como técnicas de toda espécie, o acervo cultural ameríndio veio integrar-se em todos os setores do sistema de vida e das atividades do colonizador e de seus descendentes, em grande parte mamelucos.

O idioma falado pelos primitivos habitantes de Piratininga — o Tupí ou “língua brasílica” ou, ainda, língua-geral, como depois haverá de chamar-se, ligeiramente simplificado, em toda a Colômbia — foi da herança cultural indígena o que mais tenazmente subsistiu na sociedade paulista. À exceção, talvez, de certas partes do vale amazônico, não houve região alguma em toda a América Portuguesa em que a língua gramaticizada pelos missionários (Anchieta, 1595) e ensinada nos estabelecimentos jesuíticos lograsse a aceitação generalizada e o uso duradouro na sociedade colonial que teve em terra paulista. Não só porque a catequese do silvícola era feita em seu próprio idioma, mas também, e sobretudo, por causa do grande contingente índio e mameluco no quadro demográfico da Capitania. E, ademais, porque em certas épocas, sobretudo após as grandes expedições de caça aos escravos, o elemento indígena predominava com sensível vantagem sobre o de origem lusitana.

Tal situação, em conjunto, se prolongou por todo o período colonial; são abundantes os testemunhos relativos principalmente aos séculos 17 e 18, que têm sido arrolados e discutidos cuidadosamente por autores modernos, como Sérgio Buarque de Holanda (1948, pp. 179-193) e Serafim da Silva Neto (1950, pp. 58-77). Os mais conhecidos são os depoimentos de dois jesuítas, Fernão Cardim, que escreve em 1625: “porém os Portugueses, quase todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os índios a sabem em breve tempo, e os filhos dos Portugueses cá nascidos a sabem melhor que os Portugueses, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente” (Cardim, 1939, pp. 170-171), e Antônio Vieira, que afirma em 1695: “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo

estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a Portuguêsa a vão os meninos aprender à escola”. (Apud Buarque de Holanda, 1948, p. 180). Situação essa que perduraria, embora atenuada, até a segunda metade do século dezoito, quando em São Paulo a língua Tupí continuava sendo “a da amizade e intimidade doméstica” (Florence, s. d., p. 174). A fim de garantir a hegemonia do idioma lusitano, o governo português, após a expulsão dos jesuítas (1757), proibira o uso da língua geral e impunha o da português.

Em todo caso, a longa sobrevivência do idioma indígena na sociedade paulista é a expressão mais eloqüente e significativa do papel que a herança cultural do Tupinikín exerceu na formação étnica do Planalto.

IV. — *O problema dos Goianá*

Decênios a fio se travou calorosa discussão em torno da classificação lingüística e sobretudo etnográfica dos índios que em obras e documentos antigos sobre regiões hoje paulistas figuram com o nome de Guaianá, Guanhanã, Goianazes etc. Uns identificavam-nos com os próprios Tupinikín do litoral e do planalto de Piratininga, ao passo que outros arrolavam argumentos mais ou menos convincentes para provar que se tratava de tribo de classificação étnica ou lingüística diversa. Neste caso teriam sido uma horda da tribo Kaingáng, de que adiante se fala.

Alguns autores contemporâneos, entre eles Frederico G. Edelweiss (1947, p. 31), acham provável a hipótese de que os Goianá de Piratininga fôssem índios de outra origem, que teriam adotado coletivamente o idioma Tupí. Não há, entretanto, argumentos ponderosos que nos façam aceitar tal explicação, embora se conheçam exemplos de tribos sul-americanas que substituíram a sua língua original pelo Guaraní.

Em todo caso, parece não haver dúvida de que a denominação Goianá e as suas variantes se aplicavam a tribos inteiramente diversas umas das outras, como, aliás, ocorreu e continua ocorrendo com outros designativos étnicos, por exemplo, Coroados, Botocudos etc. O próprio nome Tupí, que se generalizou para designar sumariamente os grupos que, na época do descobrimento, ocupavam quase toda a faixa costeira do Brasil, é corrente, ainda hoje, entre os Guaraní dos Estados meridionais para denominar tribos inimigas, especialmente os Kaingáng. Os Guaraní chamam, por exemplo, de “avatí tupí” a uma espécie de milho duro que dizem ter recebido de seus vizinhos Kaingáng.

O certo é que em numerosos textos quinhentistas se mencionam os Goianá como os primitivos habitantes, não somente dos campos de Piratininga, como daí até o litoral, e ainda, por exem-

plo, em trechos da costa próximos de São Vicente. São, porém, tão vagas ou contraditórias as indicações das fontes (entre as quais Gabriel Soares de Souza, Hans Staden, Anthony Knivet, José de Anchieta) que as mesmas passagens têm sido invocadas ora a favor de uma, ora de outra das teses acima referidas. Não é impossível, embora pouco provável, que houvesse índios Kaingáng numa faixa mais ou menos próxima do litoral norte de São Paulo, não é impossível tampouco que houvesse representantes da tribo à beira-mar e que, por exemplo, os Maramomí, assinalados à pequena distância da Bertioga, e não classificados como de língua Tupí-Guaraní, a elas pertencessem. Mas o exame e o confronto da documentação leva a admitir com bastante segurança que o nome de Goianá ou "Guaianazes" se applicava aos próprios Tupinikin. De qualquer forma, porém, a denominação e suas variantes, corruptelas de vocábulo ou vocábulos indígenas, tanto podem ser derivadas de Guaianã, palavra Tupí, como de Kaingáng (ou Kaingýgn), auto-denominação desta tribo aloglótica, o que torna cabível a hipótese de convergência e conseqüente confusão etnológica. — Cuidadoso estudo crítico sobre o problema Goianá, da autoria de Plínio Ayrosa, foi publicado, há vários anos, nas páginas do jornal "O Estado de São Paulo" (Plínio Ayrosa, 1938-1939); nele se passam em revista os argumentos reunidos a favor das diferentes hipóteses.

Auguste de Saint-Hilaire, que, em 1820, viajando pelo sul de São Paulo, registou uns trinta vocábulos da língua do gentio então existente nas proximidades de Itapeva, percebeu logo não se tratar de idioma Tupí. Conhecidos, por seu turno, sob as denominações de Guanhanã e Guaianazes, êsses índios eram legítimos Kaingáng, como o evidencia aquêlê vocabulário. Na opinião de Saint-Hilaire tinha havido simples transferência do nome dado anteriormente aos primitivos habitantes da região de Piratininga. Lembra, ademais, o viajante francês que os silvícolas aprisionados por Fernão Dias Pais nos sertões vizinhos do Rio Tibaji, antes de sua expedição descobridora a Minas Gerais, eram por êle designados como Guaianazes. E parece ter tôda razão ao escrever: "Ora, os antigos Guaianazes falavam a *língua geral*, pois foi com êles que Anchieta a aprendeu; conseqüentemente, os guanhanãs de Itapeva nada têm de comum com aquêles, a não ser a semelhança do nome, o qual, como já se disse acima, lhes foi dado pelos primeiros brancos ou mestiços que se estabeleceram na região, e isso assim ocorreu, certamente, porque os guaianazes eram os únicos indígenas que conheciam ou de que conservavam a lembrança". (Saint-Hilaire, 1940).

V. — Os Purí

Entre o vale do Paraíba e a Serra da Mantiqueira, e prolongando-se para o nordeste até o alto Rio Doce, estendia-se outrora

o domínio das tribos da família lingüística Purí-Coroado. Hordas inteiras dessas tribos foram reduzidas a escravos nas zonas de mineração. Em princípios do século passado contavam ainda umas duzentas aldeias, embora pouco populosas. Em solo paulista tornou-se importante a missão de São João de Queluz, fundada em 1800 com um total de 87 índios Purí, aos quais posteriormente se juntaram muitos outros. A missão, que veio a dar nascimento à cidade de Queluz, foi organizada pelo missionário Francisco das Chagas Lima, conhecido autor das memórias do desbravamento dos campos de Guarapuava, no Paraná, onde também se dedicou, e com notável êxito, à conversão do gentio. (A. Paulino de Almeida, 1935; cf. também Machado de Oliveira, 1846).

Os escassos dados etnográficos sôbre os Purí devemo-los, em sua maior parte, a viajantes estrangeiros do século passado, entre os quais von Eschwege (1818), Wied-Neuwied (1820-1821), Spix e Martius (1823-1831) e Ehrenreich (1886). Mais recentemente, Métraux (1946) compilou os principais informes existentes sôbre a família Purí-Coroado.

Baseava-se a economia dos Purí na caça e na coleta, pois, em oposição aos Coroados, ignoravam todo e qualquer cultivo da terra. Assavam os alimentos em fornos subterrâneos ou cozinhavam-nos em internódios de taquaruçu ou, ainda, assavam a carne ao espêto. Dos vizinhos civilizados receberam animais domésticos, inclusive cachorros, que, entretanto, não utilizavam para a caça. Moravam os Purí em choças primitivíssimas, de acôrdo, aliás, com seu constante nomadismo, mas conheciam a rêde de dormir, recebida talvez através do contacto com tribos tupí-guaraní. Não há prova de que a acusação de antropofagia, levantada contra os Purí, correspondesse à realidade. O xamanismo abrangia práticas de sucção e fumegação, massagens com ervas e uma espécie de banho a vapor. De modo geral, parece ter havido muitas semelhanças específicas entre a cultura dos Purí e a dos Xoklêng de Santa Catarina.

VI. *Os Kaiapó Meridionais*

Grande extensão do noroeste do Estado, compreendida entre o Rio Grande e o Paraná, bem como as áreas adjacentes do Triângulo Mineiro, do sueste de Mato Grosso e do sul de Goiás, constituíram o habitat de uma tribo Jê, conhecida sob o nome de Kaiapó Meridionais. No século dezoito tiveram êsses índios agitada história, mormente em território goiano, pela resistência por êles oposta à ocupação de suas terras. Guerreiros denodados, faziam-se acompanhar das mulheres nos campos de luta, incumbidas de ficar atrás dos homens e passar-lhes as flechas à medida que as gastassem. Além de arco e flecha, serviam-se de grandes cacetes, particularidade que deu origem à designação de Ibirajara

(“senhores dos tacapes”, na língua geral), com que os Kaiapó e algumas outras populações figuram em textos antigos. Entre as suas danças havia uma em que um indivíduo pulava pela área com pesada tora de madeira, lançando-a a outros dançarinos.

Exíguos embora, os elementos etnográficos de que dispomos, devidos a Pohl (1832-1837) e Saint-Hilaire (1830-1833), são suficientes para estabelecer distinção entre os Kaiapó Meridionais e os Kaiapó Centrais. Da tribo dos primeiros, hoje extinta, contavam-se, por volta de 1910, uns trinta e poucos sobreviventes abaixo da Cachoeira da Água Vermelha, nas duas margens do Rio Grande. — Pequena sinopse das notícias existentes sobre os Kaiapó Meridionais foi escrita por Lowie (1946) para o “Handbook of South American Indians”.

VII. — Os Otí-Xavánte

Na parte ocidental do Estado, em regiões próximas das barancas do Paraná e, mais para leste, entre o Rio do Peixe e o Paranapanema, viveram, ainda em princípios deste século, remanescentes de populações indígenas não pertencentes à grande família lingüística Tupi-Guaraní e distintas, por sua vez, dos Kaingâng, dominadores quase absolutos do Tietê para o sul.

Conhecidas vulgarmente pela denominação de Xavánte, essas populações têm sido confundidas, mais de uma vez, com os famosos Akuén-Xavánte, da família Jê, que vivem no Brasil Central e que por muito tempo conseguiram manter fora de seu território quaisquer intrusos, bem ou mal intencionados. Os “Xavánte” paulistas constituíram na realidade duas tribos diversas, a dos Otí e a dos Opaíé, aquela extinta há cerca de quarenta anos e esta última reduzida hoje a uns poucos indivíduos em território mato-grossense.

Deixaram os Otí de existir como unidade tribal antes que se lhes estudasse a língua e a cultura. Dêles temos alguns poucos informes, obtidos quase todos por Curt Nimuendajú, que visitou êsses índios em 1909 e em 1913. A área que lhes consigna corresponde a pequena paisagem de faxinal, os Campos Novos, de uns 120 quilômetros de comprimento, cortada por afluentes da margem direita do baixo Paranapanema, o Laranja Doce, o Jaguaretê e o Capivara. Veja-se o “Mapa Etnográfico do Brasil Meridional”, desenhado por Nimuendajú e publicado em anexo a famoso trabalho de Hermann von Ihering (1911). (Cf. também: Curt Nimuendajú, 1942, p. 2).

O extermínio dos Otí é das histórias mais tristes passadas com indígenas brasileiros em contacto com a civilização. Quem a registou foi igualmente Curt Nimuendajú, em artigo publicado em 1910 (*Deutsche Zeitung*, São Paulo) e em 1911 (*O Estado de São Paulo*, de 9 de novembro).

Tribo sobremodo valente, mas de índole mansa, viviam os Otí nos referidos Campos Novos, entre a Serra do Mirante e o Rio Paranapanema. Acossados embora com frequência pelos Kaingáng, que os assaltavam com o intuito de caçar escravos, mantinham todavia o domínio sôbre os campos da região, obrigando os adversários a ficar nas matas próximas, aliás bem mais abundantes em caça.

Eis, porém, que um dia, no ano de 1870, os campos pouco dadivosos dos Otí começam a sofrer extraordinária transformação: povoam-se de rebanhos de gado vacum e cavalar, trazidos por imigrantes mineiros. Para o gentio maravilhado começou uma época de fartura, pois tranqüila e ingênuamente passou a abater rez após rez, até praticamente liquüdar os rebanhos. Os criadores, porém, não se conformaram com isso e, organizando uma batida após outra, exterminaram a população tôda, exceto uns miseráveis sobreviventes. No ano de 1903 contavam-se nove pessoas: um homem, quatro mulheres e quatro crianças. Assassinado nesse ano o último homem, ficaram as quatro mulheres vagando pelos campos da região e quando, em 1909, estive nos Campos Novos, Curt Nimuendajú, então auxiliar do Serviço de Proteção aos Índios, corria a notícia de que no alto de São Mateus se avistara uma índia brava, talvez a última remanescente livre da tribo dos Otí. O incansável indianista dedicou uma semana à sua procura, sem, no entanto, encontrá-la.

VIII. — *Os Opaíé-Xavánte*

Por sua vez, os Opaíé ou Ofaié desapareceram do território paulista. Alguns sobreviventes todavia têm sido estudados em época recente além do Rio Paraná, no sul de Mato Grosso. Também essa tribo foi alvo de tenaz luta de extermínio sob pretexto de causarem muito prejuízo aos fazendeiros de gado. E não está longe o dia em que a tribo dos Opaíé pertencerá ao não pequeno rol das populações aborígenes extintas. Dados etnográficos sôbre êstes índios foram recolhidos por Nimuendajú em 1909 e em 1913 e, mais recentemente, por Darci Ribeiro, que com êles conviveu durante quatro semanas em fins de 1948. Êsse etnólogo publicou valioso resumo de suas observações, além de bom material mitológico (Ribeiro, 1951).

Afora pouquíssimas referências esparsas, havia, até então, apenas os dados colhidos por Nimuendajú, inclusive algumas notas lingüísticas. (Nimuendajú, 1914). Baseado nestes elementos, Loukotka (1939) classificou o idioma Opaíé como isolado, opinião a que mais tarde aderiu o próprio Nimuendajú, a princípio inclinado a aproximá-lo da família Jê (Nimuendajú, 1942, pg. 3).

Em território paulista, os Opaíé haviam sido assinalados em pequena área perto de Pôrto Tibiriçá. Em Mato Grosso pertencem

ceuilhes o domínio de vários afluentes do Paraná, desde boa parte do Sucuriú até o Brilhante, e alguns grupos avançavam para o ceste até além da atual cidade de Campo Grande.

A Darci Ribeiro devemos informes sôbre a organização social, ritos e aspectos da vida econômica. Fragmentários embora, êsses elementos, obtidos em pequeno grupo sul-mato-grossense já bastante acabocladado, revelam todavia que a cultura Opaié não se confunde com a de nenhum grupo vizinho, embora pareça ter assimilado elementos de origem Guaraní e outros de origem Jê.

Em 1947 o autor destas linhas encontrou ainda duas velhas Opaié no pôsto indígena de Icatu, perto de Braúna, asilo dos últimos Kaingáng paulistas. Essas mulheres, que em sua infância haviam sido raptadas e escravizadas pelos Kaingáng, não tinham lembrança de seu grupo de origem e não falavam tão pouco a língua de seus antepassados.

IX. — *Os Kaingáng*

Segundo afirmação de vários autores (por exemplo, Hermann von Ihering, 1906, pg. 9), o nome Kaingáng teria sido introduzido na bibliografia etnográfica em 1882 pelo sertanista Telêmaco Borba, que escreveu alguns trabalhos sôbre a tribo. Entretanto, já von Martius escrevera: “Êstes Camés, conhecidos pelos moradores do interior de São Paulo sob o nome de bugres ou como índios do mato, chamam-se a si mesmos Caing-ang, ou, quando se estabelecem, como mansos, entre os brancos, Cai-qui”. (1867, II, pg. 212). Além disso, parece não haver dúvida quanto à ocorrência do nome em textos coloniais sob a forma da corruptela Goianá ou de outra semelhante.

Na história paulista dos princípios dêste século — da época, portanto, em que se desbravaram e colonizaram os sertões do noroeste, essas populações bravias eram conhecidas pelo nome de Coroados, apelido que se lhes pôs talvez em atenção à maneira de cortarem o cabelo. Cumpre, porém, não confundir essa tribo com os Coroados afins aos Purí, acima referidos.

Ainda em princípios dêste século, grande parte do Estado figurava nos mapas como sertão desconhecido; era tôda a área ocidental, desde o baixo Tietê até às margens do Paranapanema, onde viviam as hordas setentrionais dos Kaingáng avéssas a qualquer aproximação com brancos em virtude de experiências negativas por que haviam passado no século anterior. Em 1901, o Padre Claro Monteiro quis tentar a catequese dos Kaingáng e, para isso, desceu o Rio Feio em três canoas tripuladas com índios Guaraní (tribo que não vivia em boas relações com êles), deixando pelas margens brindes para atrair os selvícolas. A certa altura decidiu voltar, provavelmente por falta de viveres, e no dia seguinte foi atacado pelos Kaingáng, que o mataram, como a alguns

de seus companheiros. A julgar pela explicação dada mais tarde pelos índios, o assalto se deu antes de medo do que por impulsos de uma "índole feroz", como se dizia na época. Luiz Bueno Horta Barbosa, que se empenhou na pacificação desses mesmos Kaingáng, conta em conhecida conferência, pronunciada em 1913: "Dizem eles que entre os brinches deixados pelo Padre Claro numa ribanceira figurava uma carabina ou espingarda, engenho cujo maquinismo eles, nesse tempo, ignoravam completamente, a ponto de acreditarem que ele disparava por si mesmo, automaticamente. Daí concluíram que aquela arma havia sido ali deixada com a intenção de matar os que dela se aproximassem, atraídos pelos outros presentes". (1913, pp. 13-14). A triste ocorrência veio ter, pelo menos indiretamente, conseqüências de notável alcance não somente para aquêle gentio paulista, como, de modo geral, para as populações indígenas de todo o Brasil. De um lado, cresceu a fama da "ferocidade" dos Kaingáng e, do outro, a atenção do Governo foi dirigida para o problema, que se agravava dia a dia. "O reconhecimento e o levantamento dos rios Feio, Aguapeí e Peixe, pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, teve de fazer-se à mão armada, e ainda assim não se conseguiu evitar o sacrificio de vidas em ambos os campos". (Horta Barbosa, 1913, p. 14). E como as hostilidades recrudescessem durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, seguindo o divisor das águas do Feio e do Tietê, cortava o domínio Kaingáng, a pacificação se tornou inadiável. A situação contribuiu bastante para a concretização da idéa do Serviço de Proteção aos Índios, o que se realizou, no Governo de Nilo Peçanha, em 1910. Com extraordinária paciência e coragem, os auxiliares do então Coronel Rondon, os Tenentes Pedro Dantas e Manuel Rabelo, organizaram o plano de estabelecer contacto pacífico com os Kaingáng, cujo cacique Vauhin, acompanhado de um grupo de guerreiros desarmados, afinal se apresentou no acampamento do SPI na memorável data de 19 de março de 1912. Dentro em pouco, se fêz amizade com todos os outros grupos Kaingáng. E verificou-se que, em todo o Estado havia ao todo seis bandos com, no máximo, 500 indivíduos, que, na defesa de seu território, haviam feito "irrupções quase simultâneas, numa linha de frente superior a 250 quilômetros". (Horta Barbosa, 1913, pp. 24 e 16). Aldeados daí a alguns anos em dois postos oficiais, na proximidade da vila de Braúna (Icatu e Vanuire), os Kaingáng deixaram de ser o "terror da Noroeste", como haviam sido alcunhados por quem lhes disputava o domínio das terras. Hoje não há quase matas em toda aquela região; tudo está transformado em lavouras de café, de algodão, de mandioca, de milho. E os índios, reduzidos a menos de uma centena, uns 40 em Icatu e cêrca de 50 em Vanuire. — Em suas linhas gerais, a história dos Kaingáng de São Paulo foi estudada por Herbert Baldus (1953).

Constituíam os **Kaingáng paulistas** as hordas setentrionais de numerosa tribo, cujo habitat abrangia a parte ocidental de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e partes adjacentes da República Argentina. E' provável que a sua entrada em território paulista fôsse relativamente recente, de época talvez pós-colombiana. Outrora classificados como da família lingüística Jê, hoje o são como grupo distinto, de apreciável homogeneidade cultural e lingüística. Do conjunto destoam apenas os **Xoklêng** de Santa Catarina, que, falando idioma **Kaingáng**, têm cultura diferente.

A semelhança dos **Tupí**, os **Kaingáng** se digladiavam em intermináveis lutas, embora por motivos diferentes, mal explicados, aliás, até hoje. No Paraná, as hostilidades entre as hordas ou os grupos locais dificultaram bastante o trabalho da catequese. A tribo se divide, além disso, em duas metades exógamas, a dos **Kañeru** e a dos **Kamé**, cada qual constituída de vários clãs patri-lineares. O nome **Kamé** aparece também na bibliografia para indicar uma das hordas, ao lado de **Takteje**, **Voçuro** etc., que, por sua vez, designam clãs. A possível relação entre a divisão da tribo em hordas e, ao mesmo tempo, em clãs com a mesma denominação não teve até hoje explicação satisfatória. — Para os **Kaingáng** setentrionais ocorrem nomes de hordas como **Ñakfatetêi** e **Xiki**.

A cultura da tribo difere bastante da dos **Tupí-Guaraní**. Embora lavradores, como êstes, os **Kaingáng** se dedicam muito menos ao cultivo do solo, atividade provavelmente recente e de importância pequena em comparação com a caça. Segundo certas notícias, alguns grupos do interior de São Paulo, à semelhança do que se teria dado com os seus irmãos de tribo da Argentina setentrional (**Ploetz** e **Métraux**, 1930, p. 228), não haviam ainda adotado a prática da lavoura, quando entraram em contacto com a civilização. Por outro lado, consoante o testemunho de autor que teve ensêjo de conviver com os **Kaingáng** de São Paulo, o milho era para êstes tão importante como o é o trigo para os europeus. (**Horta Barbosa**, 1913, p. 34). Tê-lo-iam recebido através do contacto com índios **Guaraní**.

Na cultura material nota-se logo a ausência da rêde de dormir; os **Kaingáng** dormem no chão ou sôbre uma espécie de tarimba. As habitações são cabanas muito primitivas, às vêzes simples ensombros. Dentre as técnicas femininas destaca-se a fabricação de panos de fibra de urtiga brava, feitos não raro sem auxílio de tear e sempre providos de delicados desenhos; são os "kurú", usados pelas mulheres como camisas sem manga, enquanto os homens se contentam com alguns cordéis de fibras em tórno da cintura. As mulheres são também hábeis oleiras, fazendo panelas resistentes, de base cônica. — Os trançados, de taquara, lembram, em certos aspectos, a técnica dos **Mbüá-Guaraní**, vizinhos da tribo em diferentes lugares.

A vida social e as atividades religiosas estão, em grande parte, centralizados em tórno do culto aos mortos. A êle se ligam as principais festas e cerimônias, com danças, músicas e consumo do “kiki”, bebida fermentada de mel de abelha silvestre.

X. — Os Guaraní

Atualmente contam-se no Estado de São Paulo várias aldeias de índios Guaraní, quatro das quais na faixa litorânea e uma perto de Araribá, na zona de Baurú. Todos êsses grupos não chegam a somar hoje 300 indivíduos, que, aliás, tendem a diminuir em ritmo crescente. Não se trata de descendentes das antigas populações costeiras, mas de índios cujos antepassados emigraram do sul de Mato Grosso, do leste paraguaio e do nordeste da Argentina. Foram levadas sucessivas de índios, pertencentes a várias hordas, que desde a primeira metade do século dezenove se dirigiram para o litoral do Atlântico, impelidos por um ideal religioso, o de alcançarem um paraíso mítico, em que estariam a salvo da próxima destruição do mundo, anunciada por alguns pajés visionários. Como o paraíso deveria encontrar-se na direção do nascente, os grupos migrantes, em sua maioria, naturalmente vieram dar na costa do oceano, onde passaram a curtir uma existência cheia de privações e de dificuldades, sempre na ilusão de que não estaria longe a partida para a Terra da Promissão.

A história dessas migrações foi, em grande parte, reconstituída por Curt Nimuendajú (1914). Depois disso vieram, porém, outros bandos, o último em 1946 (Schaden, 1949). As aldeias hoje existentes na orla costeira são as do Rio Branco, atrás da Serra de Jacupiranga, a do Bananal, ao sul de Itanhaém, a do Itariri, na Serra dos Itatins e a do Rio Comprido, situada na mesma serra. São núcleos em graus variáveis de aculturação e destribalização, distinguindo-se a êste respeito os mais antigos (Bananal e Itariri) nitidamente dos mais recentes, que ainda não admitem sequer casamentos com indivíduos de etnia estranha.

Diversificada embora de horda em horda, a cultura Guaraní se caracteriza por uma unidade fundamental, tendo, por outro lado, muita coisa em comum com a dos primitivos donos do litoral paulista. Assinalemos algumas diferenças importantes. Ao contrário dos Tupí, os Guaraní baseiam a sua lavoura mais no cultivo do milho do que no da mandioca; a importância que esta veio ter em época recente talvez seja fruto do convívio com a população caçara. Além disso, a guerra não tem e possivelmente nunca tenha tido para êles a importância que lhe cabia na vida dos Tupí. Tão pouco se entregam hoje à antropofagia. Não se reúnem em comunidades numerosas, estabelecidas em aldeias fortificadas, nem se congregam sob a chefia de caciques poderosos — como em certas ocasiões o faziam os Tupí. Dividem-se, ao contrário, em pe-

quenos bandos, mais ou menos isolados e inteiramente independentes uns dos outros, cada qual dirigido por um chefe religioso, que, em geral, é ao mesmo tempo chefe de família-grande.

Os contactos cada vez mais intensos entre as comunidades de Guaraní e populações rurais e urbanas, inclusive a da Capital, têm produzido muitos fenômenos de mudança cultural e de desorganização social. E' provável que dentro de poucos anos algumas das aldeias estejam dissolvidas, e as famílias plenamente integradas no sistema de vida do litoral paulista.

XI. — Conclusão.

À diversidade cultural e lingüística dos grupos indígenas do território paulista — dos Tupinambá, Tupinikín e Karijó, dos Purí e Kaiapó Meridionais, dos Otí, Opaié e Kaingáng, dos Guaraní e de outros mal conhecidos e de há muito extintos — correspondeu, nestes quatro séculos, variedade não menos considerável de situações interétnicas, em que se desenrolaram os mais diferentes processos ecológicos, sociais e antropológicos. Quer como figura de relêvo no cenário do desbravamento e da conquista, quer como vítima indefesa no movimento expansivo da civilização, vemos o gentio participar de tôdas as fases da formação étnica e social da costa, do Planalto de Piratininga e do interior longínquo. Ora no papel de aliado e colaborador, ora arredoio ou rebelde a contrariar os interesses duma sociedade dinâmica em procura de novos campos de ação, está presente na história de São Paulo, desde os primeiros dias até à atualidade. Seria, pois, injusto esquecê-lo na data em que se comemora o 4.^o Centenário da cidade de São Paulo.

EGON SCHADEN

Professor da Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*

BIBLIOGRAFIA.

- ALMEIDA, A. PAULINO DE. — 1935 — *O aldeamento dos índios Puris*. Revista do Arquivo Municipal. Ano I, vol. XI, pp. 57-64. São Paulo.
- ANCHIETA, JOSEPH DE. — 1595 — *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra.
- ANCHIETA, JOSEPH DE. — 1953 — *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Rio de Janeiro.
- AYROSA, PLÍNIO. — 1938-1939 — *Tupí-Guaranis e Guayanás*. Série de artigos em "O Estado de São Paulo", de novembro de 1938 a janeiro de 1939.

- BALDUS, HERBERT. — 1948 — *Fontes primárias para o estudo dos índios do Brasil quinhentista*. Publicações do Instituto da Administração. São Paulo.
- BALDUS, HERBERT. — 1953 — *Sinopse da história dos Kaingang paulistas*. In: *São Paulo em quatro séculos*. 1.º volume, pp. 313-320. São Paulo.
- BUARQUE DE HOLANDA, SERGIO. — 1948 — *Raizes do Brasil*. 2a. edição. Rio de Janeiro.
- BUARQUE DE HOLANDA, SÉRGIO. — 1949 — *Índios e mamelucos na expansão paulista*. Anais do Museu Paulista. Vol. XIII, pp. 177-290.
- EDELWEISS, FREDERICO G. — 1947 — *Tupis e Guaranis*. Bahia.
- EHRENREICH, PAUL. — 1886 — *Ueber die Puris Ostbrasilien*. *Zeitschrift für Ethnologie*. Vol. 18, pp. 184-188. Berlim.
- VON ESCHWEGE, WILHELM LUDWIG. — 1818 — *Journal von Brasilien*. 2 volumes. Weimar.
- FERNANDES, FLORESTAN. — 1948-a — *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo.
- FERNANDES, FLORESTAN. — 1948-b — *Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI*. Publicações do Instituto de Administração. São Paulo.
- FERNANDES, FLORESTAN. — 1952 — *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo.
- FLORENCE, HERCULES. — s.d. — *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo.
- HORTA BARBOSA, L. B. — 1913 — *A pacificação dos Caingangs paulistas*. Rio de Janeiro.
- VON IHERING, HERMANN. — 1895 — *A civilização pré-histórica do Brasil meridional*. Revista do Museu Paulista. Vol. I, pp. 34-159. São Paulo.
- VON IHERING, HERMANN. — 1911 — *A questão dos índios do Brasil*. Revista do Museu Paulista. Vol. VIII, pp. 112-140. São Paulo.
- KRONE, RICARDO. — 1914 — *Informações etnográficas do vale do Rio Ribeira de Iguape*. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. São Paulo.
- LOEFGREN, ALBERTO. — 1893 — *Contribuições para a arqueologia paulista. Os sambaquis*. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. N.º 9. São Paulo.
- LOUKOTKA, CHESTMIR. — 1939 — *Linguas indígenas do Brasil*. Revista do Arquivo Municipal. Vol. 54, pp. 147-174. São Paulo.
- LOWIE, ROBERT H. — 1946 — *The Southern Cayapó*. In: *Handbook of South American Indians*. Vol. I, pp. 519-520. Washington.
- LUND, DANIEL PETER. — 1865 — Carta do Dr. Lund, escrita de Lagoa Santa (Minas Gerais), a 21 de abril de 1844. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. VII, 1848; 2a. edição, pp. 334-342. Rio de Janeiro, 1865.
- MACHADO DE OLIVEIRA, JOSE' JOAQUIM. — 1846 — *Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São*

- Paulo, desde o começo até à atualidade.* Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. VIII, pp. 204-254. Rio de Janeiro. 2a. edição, 1867.
- VON MARTIUS, KARL FRIEDRICH PHILIPP. — 1867 — *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's, zumal Brasiliens.* 2 volumes. Leipzig.
- MÉTRAUX, ALFRED. — 1928-a — *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani.* Paris.
- MÉTRAUX, ALFRED. — 1928-b — *La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus tupi-guarani.* Paris.
- MÉTRAUX, ALFRED. — 1946 — *The Puri-Coroado linguistic family.* In: Handbook of South American Indians. Vol. I, pp. 523-530. Washington.
- NIMUENDAJÚ, CURT. — 1911 — *Os nossos índios. O extermínio da tribo dos Otis.* "O Estado de São Paulo", 9-XI-1911. (Artigo publicado com redação refundida e sem indicação de autor).
- NIMUENDAJÚ UNKEL, CURT. — 1914 — *Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Welt als Grundlagen der Religion de Apocóva-Guarani.* Zeitschrift für Ethnologie. Vol. 46, pp. 284-403. Berlin.
- NIMUENDAJÚ, CURT. — 1942 — *The Serente.* Los Angeles.
- PLOETZ, HERMANN e MÉTRAUX, A. — 1930 — *La civilisation matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zè du Brésil méridional et oriental.* Revista del Instituto de Etнологia de la Universidad Nacional de Tucumán. Tomo I, pp. 107-238. Tucumán.
- POHL, JOHANN EMANUEL. — 1832-1837 — *Reise im Innern von Brasilien.* 2 volumes. Viena.
- RIBEIRO, DARCI. — 1951 — *Notícia dos Ofaié-Chavante.* Revista do Museu Paulista. Nova Série. Vol. V. pp. 105-135. São Paulo.
- SAINT-HILAIRE, AUGUSTE DE. — 1830-1833 — *Voyage dans le district des diamants et sur le littoral du Brésil.* Paris.
- SAINT-HILAIRE, AUGUSTE DE. — 1940 — *Viagem à Província de São Paulo.* Trad. por Rubens Borba de Moraes. São Paulo.
- SCHADEN, EGON. — 1949 — *Entre os índios do litoral paulista.* Paulistânia. N.º 21, maio-junho.
- SCHADEN, EGON. — 1953 — *A proteção de sambaquis e de outros monumentos pré-históricos no Estado de São Paulo.* Revista de Antropologia. Vol. I, pp. 68-71. São Paulo.
- SERRANO, ANTONIO. — 1946 — *The Sambaquis of the Brazilian Coast.* In: Handbook of South American Indians. Vol. I, pp. 401-407. Washington.
- SILVA NETO, SERAFIM DA. — 1950 — *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.* Rio de Janeiro.
- SOARES DE SOUZA, GABRIEL. — 1938 — *Tratado descritivo do Brasil em 1587.* 3a. edição. São Paulo.
- VON SPIX, JOHANN BAPTIST e VON MARTIUS, KARL FRIEDRICH PHILIPP. — 1823-1831 — *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I., Königs von Baiern, in den Jahren 1817 bis 1820.* 3 volumes e atlas. Munique.

- STADEN, HANS. — 1942 — *Duas viagens ao Brasil. Arroçadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo.* Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. São Paulo.
- WAGLEY, CHARLES. — 1951 — *The Indian Heritage of Brazil.* In: *Brazil, Portrait of Half a Continent.* Pp. 104-124. Nova York, 1951.
- WIED-NEUWIED, PRINZ MAXIMILIAN. — 1820-1821 — *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817.* 2 volumes. Frankfurt am Main.
- WIENER, C. — 1876 — *Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil.* Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Vol. I, pp. 1-20. Rio de Janeiro.
- WILLEMS, EMÍLIO e SCHADEN, EGON. — 1951 — *On Sambaqui Skulls.* Revista do Museu Paulista. Nova Série. Vol. V, pp. 141-181. São Paulo.